



REVISTA

ARTIGO 19

NÚMERO 1
FEVEREIRO 2021

DEFENDENDO A
liberdade
DE EXPRESSÃO



REVISTA

ARTIGO 19

NÚMERO 1
FEVEREIRO 2021

DEFENDENDO A
liberdade
DE EXPRESSÃO



Associação **ARTIGO 19** Brasil e América Do Sul

Diretora Regional Denise Dourado Dora
Conselho de Administração Belisário dos Santos Junior
Bianca Santana
Eduardo Pannunzio
Kátia Brasil
Luciana Guimarães
Luis Eduardo Regules . Presidente do Conselho
Malak Poppovic
Marcos Rolim

Revista ARTIGO 19 Defendendo a Liberdade de Expressão
E-book número 1 . fevereiro . 2021

Coordenação Editorial Denise Dourado Dora, Débora Prado e Nana Soares
Entrevistas e Revisão Nana Soares
Jornalista Responsável Luana Nascimento de Almeida MTB 52528

Projeto Gráfico/Diagramação Beatriz Canozzi Conceição
Capa Palmeira Leque.Designacional
Foto de Capa Pedro Valadão
Tratamento de Imagens Fujocka@lovelyhouse.com.br
 Licença Creative Commons

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Revista ARTIGO 19: defendendo a liberdade de expressão/
ARTIGO 19. -- São Paulo: ARTIGO 19, 2021.

ISBN 978-65-89389-01-9

1. Comunicação social 2. Democracia 3. Jornalismo
4. Liberdade de expressão 5. Liberdade de imprensa
I. ARTIGO 19.

21-58003

CDD-070.401

Índices para catálogo sistemático:
1. Liberdade de expressão: Jornalismo 070.401
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

sumário

Apresentação 6

Relatório Global de Expressão 9

Introdução e Metodologia

O estágio da liberdade de expressão no mundo

Tendências globais

O quadro geral

Brasil

Entrevistas 31

Muniz Sodré

Patrícia Campos Mello

Jurema Werneck

Kátia Brasil

Perspectivas 63

Agenda de Expressão 2021

É com esperança que apresentamos o primeiro número da Revista ARTIGO 19, Defendendo a Liberdade de Expressão. Essa é uma iniciativa da Associação Artigo 19 Brasil e América do Sul, organização criada na Inglaterra em 1987 por inspiração do artigo dezoito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e com atuação no Brasil desde 2007.

Para contribuir com o debate sobre a liberdade e o direito de manifestar opiniões e ideias, ambos atingidos pelos contextos nacional e global de erosão democrática, a Revista parte da análise do Relatório Global de Expressão, publicado no final de 2020. Este relatório utiliza os dados do [Varieties of Democracy \(V-Dem\) Institute](#), um instituto de pesquisa independente da Universidade de Gotemburgo, na Suécia que conta com cientistas sociais em todos os continentes e com a colaboração de 3.200 especialistas nacionais, organizando o conjunto de dados **V-Dem**, um dos maiores bancos de dados em ciências sociais do mundo. A última versão do conjunto de dados abrange 202 países, com informações coletadas sobre 232 anos (1789-2019).

[A situação da liberdade de expressão](#) no mundo foi mapeada através de 25 indicadores, que incluem, entre outros, (I) censura e interferência governamental na Internet, (II) liberdade de expressão acadêmica e cultural, (III) assédio a jornalistas, (IV) impunidade para assassinatos políticos, (V) liberdade de religião, (VI) ambiente participativo de organizações da sociedade civil, (VII) proibição de partidos políticos, (VIII) monitoramento de mídias sociais pelo governo e (IX) liberdade de reunião pacífica.

O Brasil ocupa a **94^a** posição entre **161** países, como um país de liberdades restritas, e indo ladeira abaixo. A mudança de pontuação da última década indica o Brasil como o país que mais declinou no ranking das liberdades de expressão, com queda acentuada desde 2018.

Alguns indicadores contribuem especialmente para o declínio de **18 pontos** no último ano, como o assédio, censura e perseguição a jornalistas e comunicadores/as através de declarações de autoridades, incitamento às redes de ódio e processos judiciais danosos e duvidosos. Também o cerceamento crescente de liberdades acadêmicas com enorme corte de recursos públicos e ataques à ciência e pesquisa, o que, em 2020, foi particularmente prejudicial para a sociedade brasileira na crise de saúde pública. A isso se somam o monitoramento de organizações da sociedade civil, das redes sociais e de opinião e a perseguição a defensores e defensoras de direitos humanos, inclusive com assassinatos não esclarecidos como os de Marielle Franco e Paulino Guajajara.

A redução de transparência pública, acesso à informação e participação também é um elemento relevante para o declínio brasileiro, em especial desde que o governo atual, com suas inúmeras ações extinguiu conselhos e políticas de participação social, estabeleceu sigilo de documentos públicos e reduziu a eficácia da Lei de Acesso à Informação. Há também evidentes tentativas de interferência nas redes sociais por parte do governo Bolsonaro, que as utiliza como força de sustentação política, com violência digital e campanhas de ódio.

A análise destes elementos é o conteúdo principal da Revista ARTIGO19 que conta com uma síntese do Relatório Global de Expressão e quatro entrevistas que o aprofundam: do professor Muniz Sodré, das jornalistas Patrícia Campos Mello e Kátia Brasil e da diretora da Anistia Internacional Jurema Werneck. Esses indicadores trazidos pelo V-Dem são comprovados pela experiência

vivida e relatada nas entrevistas, que mostram o quanto o ataque às liberdades encontra território fértil no padrão de desigualdades estruturais do Brasil. Como coloca Muniz Sodré, a "liberdade de expressão é um conceito estrutural e coletivo", e para além de ser um direito individual exige uma distribuição igualitária de condições de expressão.

Isso não é o que vemos no país, como mostra Kátia Brasil, em sua análise sobre o papel da comunicação popular, e também Jurema Werneck sobre o cenário de movimentos e organizações da sociedade civil. Por fim, Patrícia Campos Mello alerta para a desinformação no processo de erosão democrática, não só pelo papel de criar confusão de ideias e evidências, mas também, e principalmente, como mecanismo de descrença nas instituições, o que abre caminhos para manipulações eleitorais já ocorridas em outros países.

Em 2020, a pandemia de Covid-19 tornou o Brasil um exemplo de como líderes autoritários e restrições à liberdade de expressão, combinada com desinformação, representam um alto risco para a saúde pública e para a vida de milhares de pessoas. Ao longo do ano, a ARTIGO19 promoveu a campanha *#CompartilheInformação #CompartilheSaúde*, apoiando dezenas de coletivos de comunicação visando atingir as populações com ainda menos acesso a direitos fundamentais.

Deixamos aqui nossa contribuição para o cuidado com a democracia brasileira, tão arduamente construída nas últimas décadas. Nosso esforço foi analisar os dados do Relatório Global, compartilhá-los com experientes analistas, trazer seus pontos de vista e seus sentimentos, e disponibilizar esse material em defesa de um ambiente livre e responsável para a criação, a informação, a expressão e a arte.

Desejamos boa leitura!

Denise Dourado Dora 
Diretora Regional da ARTIGO19 Brasil e América do Sul



RELATÓRIO
GLOBAL DE **ex**
pres
são

INTRODUÇÃO e metodologia

O Relatório Global de Expressão é uma publicação anual da ARTIGO 19 que reúne informações de diversos países, sendo o estudo regular mais abrangente sobre a liberdade de expressão em todo o mundo.

Com base em dados e realizando uma retrospectiva analítica, este relatório consolida informações sobre o estágio da liberdade de expressão no mundo em 2019 - apontando como esse direito fundamental se materializou, quais foram as principais tendências e como foi afetado pelos eventos globais.

O [relatório](#) original em inglês é estruturado em seis capítulos que complementam a métrica de liberdade de expressão com análises. O capítulo 1 analisa o panorama geral e os capítulos 2 a 6 examinam cinco contextos regionais diferentes para a liberdade de expressão: África, Américas, Ásia e Pacífico, Europa e Ásia Central, Oriente Médio e Norte da África.

A métrica do Relatório Global de Expressão (GxR, na sigla em inglês) rastreia a liberdade de expressão em todo o mundo. Ela reflete não apenas os direitos da mídia, de comunicadores e defensores de direitos humanos, mas qual o espaço existente para que todos nós, como indivíduos ou integrantes de organizações, possamos nos expressar, comunicar e saber. Olhamos como cada pessoa é livre para se comunicar on-line, protestar, ensinar e acessar informações para garantir sua participação social, fiscalizar o poder público e responsabilizar aqueles que exercem o poder.

Foram utilizados 25 indicadores em 161 países para criar uma pontuação global da liberdade de expressão para cada país, numa escala de 1 a 100. Estas pontuações colocam os países em uma das cinco categorias:

| Pontos | Categoria de expressão |
|---------------|-------------------------------|
| 0–19 | Em crise |
| 20–39 | Altamente restrito |
| 40–59 | Restrito |
| 60–79 | Pouco Restrito |
| 80–100 | Aberto |

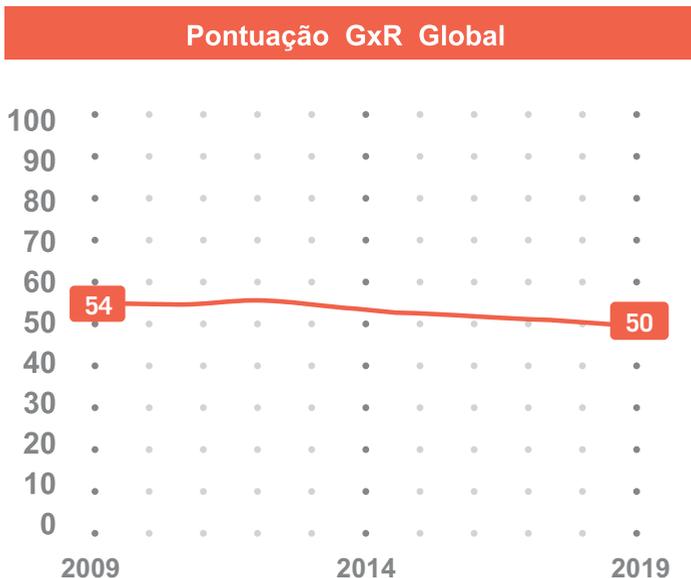
Para identificar tendências, as pontuações a nível global e regional foram analisadas ainda ao longo de um período de um, cinco e dez anos, observando se houve queda, estagnação ou avanço. A pontuação de cada nação também gerou um ranking, disponível no final do relatório em inglês, a partir de sua classificação.

Os indicadores da ARTIGO 19 são explorados em análises regionais ao longo do relatório global, sendo complementados por dados de outras fontes. As informações sobre a metodologia do estudo estão disponíveis na versão em inglês e no [sumário executivo](#) em português.

O ESTÁGIO DA **liberdade de expressão** NO MUNDO

O MUNDO SOFREU MUDANÇAS RADICAIS FRENTE A UMA CRISE GLOBAL DE SAÚDE EM 2020: A CRISE DE SAÚDE É TAMBÉM UMA CRISE DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO. MAIS DA METADE DA POPULAÇÃO MUNDIAL - CERCA DE 3,9 BILHÕES DE PESSOAS - VIVE EM PAÍSES ONDE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO ESTÁ EM CRISE, A MAIOR PORCENTAGEM DE TODOS OS TEMPOS.

A liberdade de expressão global está em declínio, atingindo seu nível mais baixo nos últimos dez anos. A média de pontuação global do GxR caiu novamente em 2019, para 50.



Mais da metade da população mundial - cerca de 3,9 bilhões de pessoas - vive em países classificados na pior categoria do estudo (em crise), o maior número desde que iniciamos a medir a liberdade de expressão.

Os países com as maiores populações estão caindo de categoria e encontram-se com liberdade de expressão em crise ou com restrição. Esses países são, muitas vezes, também os que exercem uma influência econômica, política e militar significativa em suas regiões. Países como a China (1,4 bilhão de pessoas), Índia (1,4 bilhão de pessoas), Turquia (83 milhões de pessoas), Rússia (144 milhões de pessoas) e Bangladesh (163 milhões de pessoas) estão todos classificados em crise. O Brasil (211 milhões de pessoas) ainda não entrou na categoria de crise, mas está em declínio acentuado e acelerado na sua pontuação.

Muitos destes países ignoram as normas de direitos humanos internacionais, tanto na legislação como na prática, ou não se envolvem com as Nações Unidas, ou, quando se envolvem, é para promover uma agenda anti-direitos em fóruns Internacionais.

As pontuações vêm caindo em todas as regiões há uma década, exceto no Oriente Médio e no Norte da África, onde a expressão teve um ligeiro avanço entre 2011 e 2012 (na sequência da Primavera Árabe), mas em 2019 já havia voltado para os níveis de liberdade de expressão registrados em 2009. Os países considerados abertos tendem a ter populações e territórios pequenos.

TENDÊNCIAS **globais**

O MUNDO ENTROU NA PIOR CRISE DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM DÉCADAS, COM O TERRENO PERFEITAMENTE PREPARADO PARA UMA MAIOR EROSÃO DE DIREITOS E LIBERDADES SOB O PRETEXTO DE GESTÃO DE CRISE DE SAÚDE.

As sementes da resposta global à Covid-19 foram plantadas em 2019, com atitudes isolacionistas e autoritárias crescendo a partir da ascensão de líderes populistas hostis ao jornalismo, à ciência e ao envolvimento em organismos multilaterais de direitos humanos. Houve uma erosão da confiança no poder público.

A Covid-19 surgiu em [ambientes já repletos de censura e de ataques](#) a opiniões contrárias, dissidências e polarização política - o pior ambiente de expressão global. Muitos governos usaram a crise da saúde pública como pretexto para continuar a restringir a liberdade de expressão da população - *online*, nos meios de comunicação social e nas ruas.

Em 2019, as pessoas saíram às ruas, em grande número, para se fazerem ouvir. Houve um [aumento de 51%](#) no número de manifestações em relação ao ano anterior, com as atividades aumentando em 71% dos países. As medidas de austeridade e a desigualdade econômica foram catalisadores para muitos desses protestos, assim como a frustração e a desconfiança em lideranças e autoridades públicas.

Muitos desses protestos receberam uma resposta violenta do Estado. Em 2019, registrou-se um [aumento de 106%](#) em casos de mortes em manifestações, com disparos realizados por policiais contra manifestantes. Além disso, houve a utilização abusiva e excessiva de recursos denominados “menos letais”, como balas de borracha, que podem mutilar e até matar.

Ameaças tradicionais à expressão avançaram: a segurança de comunicadores continua sendo um problema sério em todo o mundo, assim como a falta de justiça para casos de assassinatos, agressão, ameaça e assédio contra esses profissionais. Em 2019, [57 jornalistas foram mortos](#), com uma taxa de impunidade de cerca de 90%. A justiça continua inacessível para Jamal Khashoggi, Daphne Caruana Galizia e Jan Kuciak, bem como no caso dos [assassinatos de Navarte no México](#), entre muitos outros.

Desde 2009, 971 jornalistas foram mortos. E embora o número de 2019 tenha sido inferior à média nos últimos anos, as formas de silenciar os jornalistas se diversificaram. Encarcerar jornalistas é uma ferramenta fundamental de silenciamento, com pelo menos [250 comunicadores detidos](#) ao final de 2019, 98% dos quais eram jornalistas locais. Os piores países em relação à detenção de comunicadores foram a China, a Turquia, a Arábia Saudita e o Egito, seguidos pela Eritreia, o Vietnã e o Irã. Há também uma tendência crescente de campanhas de difamação, deslegitimação e estigmatização de comunicadores, que são rotulados de «inimigos», «criminosos», «traidores» e, até mesmo, «terroristas» sempre que a cobertura causa desconforto aos governantes autocráticos - o que expõe esses profissionais a campanhas difamatórias nas redes sociais e ameaça as suas vidas.

Ativistas e defensores dos direitos humanos também enfrentam enormes riscos: [304 defensores foram mortos](#) em 2019. 40% deles atuavam na defesa da terra, territórios e direitos ambientais e de povos indígenas. A América Latina se destacou negativamente, concentrando muitos desses casos. Inúmeros outros defensores foram silenciados por ataques violentos, prisões, ameaças de morte, processos judiciais e leis repressivas. Só nos últimos dois anos, foram aprovadas ou planejadas cerca de 40 leis para impor barreiras contra os defensores dos direitos e a sociedade civil.

Uma grande parte destes casos é conduzida pelo setor privado. Houve 98 processos criminais iniciados contra defensores de direitos humanos em 2019, contra 62 em 2018. Nos últimos cinco anos, houve um [aumento médio de 48% ao ano no assédio judicial](#) a defensores de direitos humanos em casos que envolvem atividades do setor privado. A vigilância invasiva por parte de agentes do setor privado sobre jornalistas e defensores de direitos humanos também é uma preocupação crescente.

Em 2020, porém, houve uma mudança: a crise causada pela Covid-19 reconstruiu alguma confiança na mídia. No curso da pandemia, assistimos a um [aumento do consumo de fontes tradicionais de notícias](#), especialmente quanto à televisão. Na verdade, a confiança na cobertura da Covid-19 pela mídia é relativamente alta, em um nível semelhante ao dos governos nacionais e significativamente maior do que políticos individuais. Em meio aos riscos da desinformação na pandemia, entretanto, a regulamentação da mídia se tornou mais rígida, à medida que os governos usam a crise de saúde como desculpa para restringir ainda mais a liberdade de imprensa.

O poder sobre a liberdade de expressão está cada vez mais consolidado em algumas plataformas de redes sociais, embora o foco das autoridades continue a recair sobre o controle de usuários, em vez de garantir que as plataformas e as empresas respeitem os direitos humanos. Fechamentos, bloqueios e vigilância tornaram-se práticas comuns para muitos regimes, enquanto governos delegam às corporações o exercício do controle sobre práticas abusivas e proponentes do ódio, rompendo os limites colocados pelo direito internacional dos direitos humanos.

A política populista continua a crescer globalmente, com muitos líderes autoritários, ainda que democraticamente eleitos, focando seus esforços em alterar Constituições nacionais para permanecer no cargo e manter redes de clientelismo e corrupção. Esses líderes promovem uma forma de populismo majoritário, que exclui, polariza e silencia, criando obstáculos para as instituições e práticas democráticas e excedendo os limites do exercício do poder. O nacionalismo étnico e religioso está em ascensão em todo o mundo, com a repressão por parte do Estado de vozes plurais em países como Mianmar, Brasil, Malásia, Índia, Sri Lanka e Hungria, para citar apenas alguns.

O QUADRO GERAL:
democracia, mídia e o contexto
PARA EXPRESSÃO

PARA QUE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO FLORESÇA,
A DEMOCRACIA TEM QUE FUNCIONAR. POR SUA VEZ,
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO SUSTENTA A DEMOCRACIA.
PREOCUPANTEMENTE, AS MÉTRICAS DE DEMOCRACIA
DA V-DEM ESTÃO EM DECLÍNIO - UMA QUEDA
QUE ESPELHA A REDUÇÃO DAS PONTUAÇÕES
DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO.

Pela primeira vez desde 2001, os dados da V-Dem sugerem que as autocracias são a maioria: 92 países, que abrigam 54% da população global. Alguns países que se movem para a autocracia têm grandes populações e exercem influência militar, econômica e política global, incluindo China, Brasil, Rússia, Índia, EUA e Turquia.

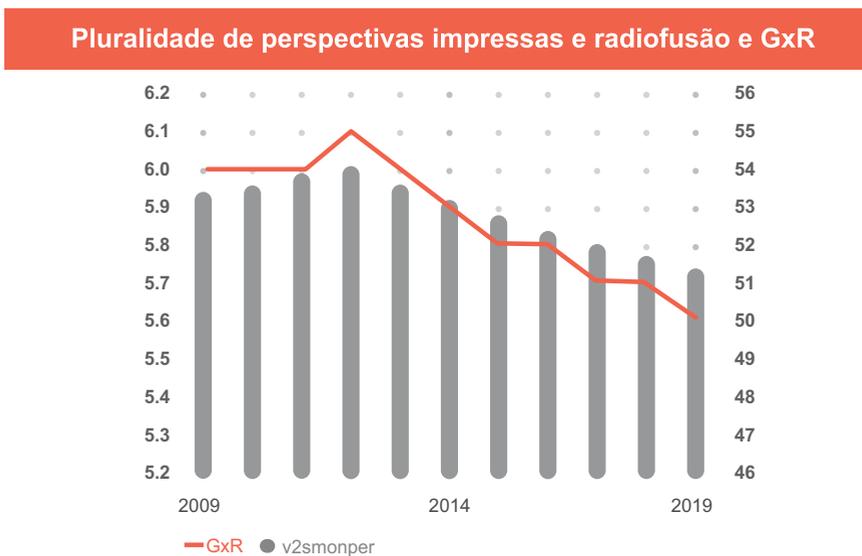
O esmagamento da liberdade de expressão é um meio e um fim para esses líderes, que suprimem vozes críticas e plurais e restringem a fiscalização de seus governos. Os regimes autocráticos tendem a ser monitorados e denunciados pela sociedade civil e pela mídia e, por isso, promovem o silenciamento daqueles que fiscalizam suas ações. Com o tempo, começam a erodir as instituições democráticas e passam a atacar os mecanismos eleitorais e a independência das eleições.

Observando os padrões de países como Hungria, Turquia, Polônia, Sérvia, Brasil e Índia, os dados da V-Dem mostram que os indicadores de liberdade de imprensa e da sociedade civil declinam primeiro, seguidos pelos indicadores de liberdades eleitorais. Em 2019, a medida da V-Dem para “eleições limpas” caiu significativamente em 16 países, enquanto a censura da mídia e a repressão da sociedade civil se intensificaram em 37 países. Este é um sinal de alerta para a liberdade de expressão e para democracia de uma forma mais ampla: se os meios de comunicação social e a sociedade civil são reprimidos, as liberdades eleitorais são suscetíveis a ataques em um futuro próximo.

Os protestos têm se mostrado uma força contra a autocracia em alguns lugares. Nos últimos dez anos, protestos em massa pró-democracia em 22 países foram seguidos por substancial democratização. Armênia, Gâmbia, Sri Lanka e Tunísia são os quatro países que alcançaram os maiores ganhos democrático, por conta da pressão popular.

Uma mídia plural e crítica?

Um cenário de mídia livre, plural e independente permite que a mídia seja crítica aos poderes públicos e privados e, por sua vez, ajude as pessoas a se manterem informadas e esclarecidas para a participação social. Diversidade e o pluralismo são importantes tanto para a função da mídia como para a liberdade de expressão no seu conjunto. Na última década, dois indicadores seguiram rigorosamente as mudanças na pontuação do GxR: a pluralidade de perspectivas presentes e o índice de mídia impressa e radiodifusão crítica ao poder público. Os fenômenos estão expressos nos gráficos abaixo:

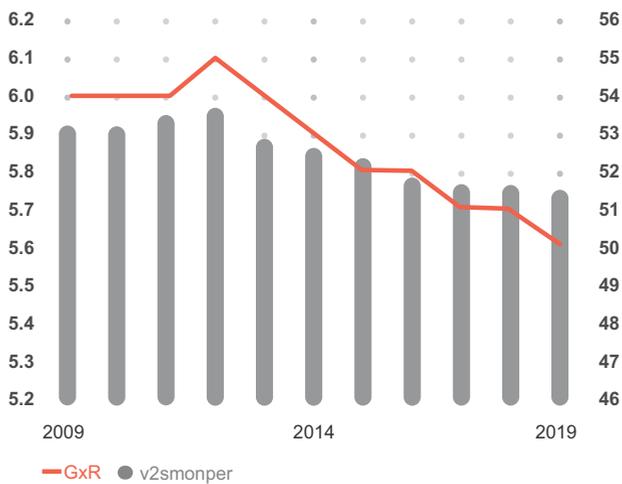


As pontuações para a liberdade de expressão ao longo da última década mudaram em estreita ligação com o indicador de “responsabilização vertical” (*vertical accountability*), que mede até que ponto a cidadania é capaz de manter os representantes públicos prestando contas à população:



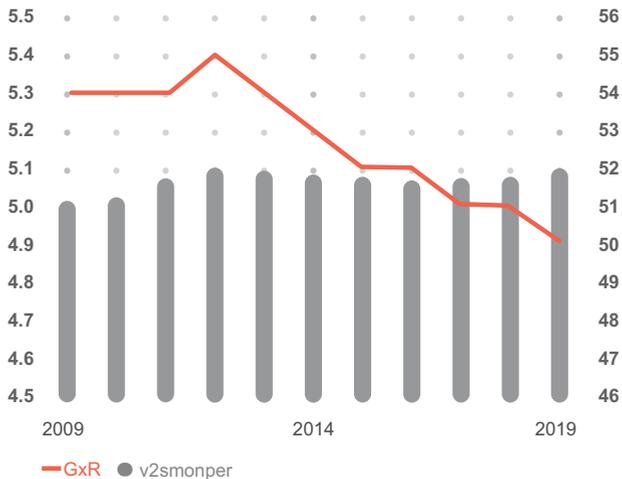
É evidente que a liberdade de expressão nas suas várias formas é um instrumento fundamental para o exercício da cidadania. Quando a liberdade de expressão é atacada, se estimula a impunidade e a falta de transparência.

Mídia Impressa e de radiodifusão crítica ao poder público e GxR



Curiosamente, as mudanças no indicador de "perspectiva de mídia online" não fluem em conjunto com as mudanças na pontuação GxR, como mostra o gráfico a seguir:

Pluralidade de perspectivas online e GxR



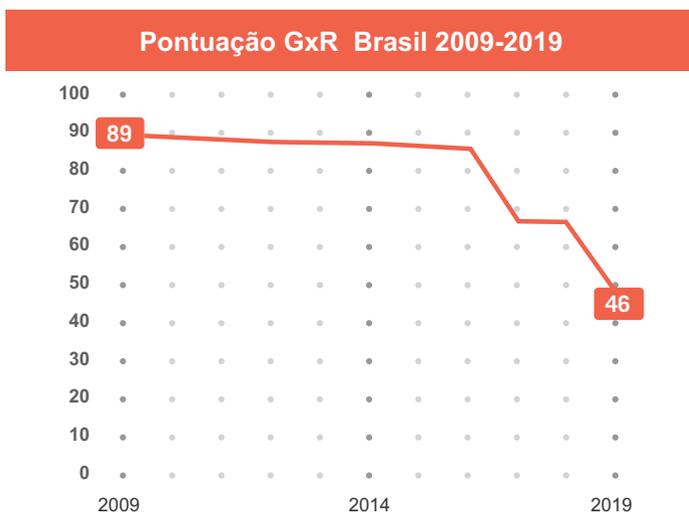
Embora a Internet tenha sido saudada por uma parcela expressiva da população como a grande democratização das comunicações, os dados revelam uma história diferente: as perspectivas dos meios de comunicação online crescem, mas isso não se traduz em maior liberdade de expressão. A proliferação de pontos de vista online, assim, não significa, por si só, uma oportunidade mais significativa de expressão, informação ou envolvimento político: na verdade, o que vemos é que, em alguns casos, as perspectivas online podem aprofundar uma polarização tóxica, ou mesmo uma disponibilidade de desinformação.

A comunicação online ainda é concentrada por empresas privadas, tanto no nível de infraestrutura quanto de plataformas. Somado a esse controle do setor privado sobre os meios de expressão, há uma rotina de má gestão e repressão da expressão online por parte de governos. Enquanto as empresas forem responsáveis e a regulamentação governamental não cumprir as normas de direitos humanos, é difícil imaginar que o crescimento da pluralidade de perspectivas dos meios de comunicação online se traduza em uma efetiva melhora da liberdade de expressão.

BRASIL: CLASSIFICAÇÃO DO PAÍS
Despenca em meio à violência
E DESINFORMAÇÃO

NO BRASIL, OBSERVOU-SE A MAIOR QUEDA DE PONTUAÇÃO DO MUNDO EM 1, 5 E 10 ANOS: O PAÍS CAIU DUAS CATEGORIAS, CONSIDERANDO A CLASSIFICAÇÃO DO RELATÓRIO, EM APENAS UMA DÉCADA. ESTE DECLÍNIO ACELEROU COM A CHEGADA DE JAIR BOLSONARO AO PODER NO INÍCIO DE 2019, COM UMA QUEDA DE 18 PONTOS EM APENAS UM ANO.

| | |
|------------------------|--------------------|
| População | 211 milhões |
| PIB per capita | 8.700 USD |
| Pontuação | 46 |
| Categoria de Expressão | Restrita |
| Posição no Ranking | 94/161 |



Liberdade de Expressão e Informação são garantidas pela Constituição Federal de 1988: Título VIII, Capítulo 5, Artigo 220. O Brasil ratificou o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) em 1992.

Declínio da pontuação

| Declínio da pontuação | | |
|-----------------------|-------------|-------------|
| 2018 / 2019 | 2014 / 2019 | 2009 / 2019 |
| -18 | -39 | -43 |

Desde 2010, 43 jornalistas foram mortos no Brasil. Em um cenário já preocupante, os ataques a comunicadores se intensificaram após a campanha presidencial de 2018. Dada a dimensão e a influência do Brasil, sua queda livre em relação aos direitos humanos tem um efeito significativo em toda a região.

Em janeiro de 2019, no mês em foi empossado como Presidente, Jair Bolsonaro apresentou duas alterações normativas: a primeira permitia controlar espaços cívicos e reduzir a liberdade de expressão, a segunda aumentava o número de funcionários públicos autorizados a classificar documentos e informações públicas como sigilosas por até 50 anos. Depois de uma intensa mobilização da sociedade civil contra ambas, incluindo ações judiciais perante o Supremo Tribunal Federal e o apoio de vários membros do Congresso Nacional, o governo recuou. As tentativas foram, no entanto, representativas de um conjunto de medidas oficiais que vêm sendo implementadas desde então para suprimir liberdades.

Duas estratégias-chave surgiram no início da nova administração: a desinformação, que acontece com a supressão de dados públicos e redução do acesso a fontes de informação oficial; e os ataques contra vozes independentes do Estado, como jornalistas e comunicadores, cientistas e professores, defensores de direitos humanos e ONGs. A desinformação e a deslegitimação de meios de comunicação tem gerado uma nova onda de campanhas difamatórias contra a mídia, muitas vezes promovidas ou mesmo realizadas com o apoio de autoridades públicas.

As mulheres jornalistas foram os principais alvos desses [ataques](#), com casos graves, como, entre outras, de Bianca Santana e Patrícia Campos Mello . Ainda, os direitos das mulheres de falar e saber foram severamente afetados pelas políticas de Bolsonaro, com a [supressão de informações sobre direitos sexuais e reprodutivos](#) e sobre direitos trabalhistas. Em 2019, o orçamento federal para a implementação de políticas públicas de direitos das mulheres foi drasticamente reduzido. Em setembro de 2019, o governo federal pressionou os promotores a investigar a Revista AzMina por uma matéria que simplesmente detalhava recomendações da Organização Mundial de Saúde para realização de aborto seguro.

Em 2016, foi aprovada uma proposta durante o mandato interrompido da presidenta Dilma Rouseff, com risco de usos indevidos para criminalizar movimentos sociais e protestos. Em 2019, foram propostos [21 novos projetos de lei](#) com o objetivo de aumentar as sanções, incluir definições genéricas e abrir brechas para restringir práticas democráticas.

A criminalização de ONGs e defensores de direitos humanos é particularmente aguda na área dos direitos ambientais (ver capítulo 3.2 do relatório global), como ficou demonstrado durante os incêndios na Amazônia em 2019. Estes incêndios foram atribuídos a [grupos ambientalistas e a membros da Brigada Alter do Chão](#) que foram indevidamente presos .

Posteriormente, ficou provado o absurdo das acusações e detenções, mas membros do governo federal e o próprio presidente Jair Bolsonaro seguem fazendo acusações genéricas e sem evidências para promover a desinformação em relação a ativistas, movimentos sociais e organizações e desviar a atenção da responsabilidade do Estado por violações de direitos humanos e ambientais.

ATUALIZAÇÃO 2020:
A PANDEMIA DE COVID-19 FEZ DO BRASIL
UM EXEMPLO EXTREMO DE COMO
LÍDERES AUTORITÁRIOS E RESTRIÇÕES
À LIBERDADE DE EXPRESSÃO,
COMBINADOS COM A DESINFORMAÇÃO,
REPRESENTAM UM ALTO RISCO
PARA A SAÚDE PÚBLICA.

MUNIZ SODRÉ
PATRÍCIA CAMPOS MELLO
JUREMA WERNECK
KÁTIA BRASIL

entre vis tas

Muniz SODRÉ



foto: arquivo pessoal

“Não há LIBERDADE DE EXPRESSÃO sem responsabilidade”

Quem se interessa por comunicação e jornalismo no Brasil inevitavelmente se depara com a obra do jornalista, tradutor e sociólogo baiano Muniz Sodré. Professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele é autor de dezenas de livros, frutos de uma vida dedicada à pesquisa, articulando temas como mídia, cultura, comunicação em massa e resistência cultural da população afrodescendente. Entre os títulos, estão *Antropológica do Espelho* (2002), *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política* (2006) e *Pensar Nagô* (2017).

Ocupante da cadeira 33 da Academia de Letras da Bahia, Muniz Sodré conversou com a ARTIGO 19 sobre o pacto coletivo envolvido no direito à liberdade de expressão, sobre a importância de mídias independentes para combater a desinformação e sobre o que chama de “sociedade incivil” e como esta se vincula com a queda de liberdade de expressão observada pelo Relatório Global de Expressão. A entrevista foi editada para fins de concisão e clareza.

“ O jornalismo só é realmente forte e independente quando existe uma sociedade civil forte. Portanto, JORNALISMO LIVRE e sociedade civil são coexistentes e codependentes. ”

ARTIGO 19: O cenário de queda na liberdade de expressão e acesso à informação captado no Relatório Global de Expressão coincide com a emergência de líderes autoritários em diversos países. Eles mobilizam a máquina e o recurso público para reduzir a transparência, sufocar vozes plurais e promover a polarização na sociedade. Ao mesmo tempo, se reivindicam como defensores da liberdade de expressão e mobilizam uma noção distorcida desse direito para justificar violações que cometem. É possível garantir liberdade de expressão sem enfrentar discriminações e violências? Como ir além da noção da liberdade de expressão como um direito individual?

Muniz Sodré: Em seu discurso de posse, Joe Biden usou a expressão “uncivil war” [guerra incivil]. No momento em que ele usou essa expressão, que não existe no inglês, eu até ri, porque é o título e o tema do meu próximo livro: A sociedade incivil. Nesse livro, exploro como a crise de liberdade de expressão e do jornalismo são características da sociedade incivil. O jornalismo só é realmente forte e independente quando existe uma sociedade civil forte. Portanto, jornalismo livre e sociedade civil são coexistentes e codependentes.

No Ocidente, o jornalismo surge e ganha prestígio por sua tarefa de ressoar o artigo segundo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, do século XVIII, na França, que fala sobre poder expressar-se livremente. A imprensa é uma garantia da liberdade de expressão, e vem daí seu prestígio no Ocidente, apesar dos escândalos e problemas ao longo dos anos. Na Declaração, essa é uma liberdade que aparece como individual, mas o jornalismo e a proteção que a sociedade civil dá à liberdade de expressão são absolutamente coletivos. Ou seja, não é o direito de dizer qualquer coisa que se quer, não é sair ofendendo os outros. Isso não é liberdade de expressão, é abuso da liberdade de expressão e pode ser coibido por lei, pela Polícia e pela Justiça, tanto é que existem dispositivos legais para fazer isso. Liberdade de expressão é um conceito estrutural e coletivo, um conceito que dá a possibilidade de uma sociedade ou povo organizado expressarem sua autonomia e visão de mundo. Na imprensa ocidental, dita livre ainda que saibamos que há liberdades coibidas, os censores apelam para o direito de liberdade de expressão nos momentos de crise.

Até uns 10 anos atrás, eu e outros supúnhamos que o jornalismo teria chegado ao fim. Eu via com angústia o fim do jornalismo e errei nesta avaliação. Confundia a crise do jornal, do suporte em papel, com a crise do jornalismo. E é perfeitamente possível haver jornalismo sem jornal, pois o jornalismo é conversa pública, é um diálogo público ancorado na liberdade de expressão, no direito à expressão, que é propriedade de um povo democraticamente livre. Portanto, não é liberdade de jornal de um lado e a sociedade civil de outro: a forma democrática em que se ancora o jornalismo depende do fortalecimento da sociedade civil. E

por isso que minha hipótese, por observação, é a de que a sociedade civil entrou em crise pelo esvaziamento da representação parlamentar na gestão de vida de suas populações. Nesse esvaziamento da sociedade civil, o jornal se enfraquece, mas, paradoxalmente, aumenta a exigência de um jornalismo forte. O jornalismo não morreu, ele, mais do que nunca, é necessário, apesar de sua crise institucional e empresarial - no sentido de que diminuíram os veículos, os jornais se tornaram mais publicitários e comerciais e o emprego do jornalista está sendo substituído por robôs, mas o fato é que o jornalismo ganhou força e prestígio. Neste contexto de governos autocráticos, em que o Brasil se encaixa totalmente, o jornalismo, apesar dos percalços criados pelo governo, é o que está resgatando a sociedade civil. Nessa crise do regime democrático o jornalismo cresce como força restaurativa.

ARTIGO 19: Como se situam os veículos de comunicação independentes nesse contexto de ataques à imprensa no Brasil? Qual o impacto da desinformação e da deslegitimação de veículos de mídia?

MS: Em relação a mídias comunitárias, a professora Raquel Paiva, da UFRJ - é quem tem estudado o tema com afinco, mas minha visão é de que as redes têm um outro lado além do maléfico e nocivo que cria realidades paralelas. Ela permite a criação de uma mídia comunitária e independente que não poderia ser feita antes.

As mídias comunitárias, em jornal ou mesmo em rádios, sempre existiram, mas não funcionavam muito bem. Mídia em papel sempre teve dificuldades de financiamento e as rádios sempre tiveram problemas com o governo. Mas há muitos anos as mídias comunitárias têm feito um serviço realmente valioso de contraposição às vozes da mídia hegemônica. Isso, sem dúvida, se fortaleceu com as redes. O jornalismo independente foi estimulado pela rede - em seu lado positivo - e é um jornalismo que veio pra ficar. Antes, ele tendia a ser sufocado pela grande mídia. E esse é um jornalismo necessário porque as pautas de mídia hegemônica ainda são feitas para outros jornais, uma matéria é feita para ser lida pelo outro jornal, a pauta é feita para outro jornalista ver, num espírito de competição. Então há muitas possibilidades para a mídia independente e as pautas tendem ao infinito.

Sobre a desinformação e a deslegitimação, é importante dizer que a liberdade de expressão está sendo formatada também pela tecnologia, na 'ilha eletrônica' que passamos a viver, parte do que chamo de sociedade incivil. Não é apenas Trump ou Bolsonaro, mas é a criação de uma sociedade e realidade paralela onde a tecnologia e a técnica têm voz mais forte do que a voz humana. Nessa realidade paralela - onde se orientam Bolsonaro e os bolsonaristas -, a mentira pode ser tomada como verdade, fatos que aconteceram realmente, de repente não aconteceram, nada foi dito. É uma estrutura de mentira que se sustenta nas redes. Essa realidade paralela é uma ameaça à liberdade de expressão, porque liberdade de expressão não é falar individualmente pela rua, ela é grupal e implica responsabilidade. Não há liberdade de expressão sem responsabilidade. A liberdade de

expressão e a sociedade civil são solapadas também pela tecnologia, não só por governantes autocráticos, mas por enquanto os robôs não matam jornalistas, quem mata continuam sendo só os governos.

ARTIGO 19: E como é possível mitigar essa rede de desinformação?

MS: A desinformação ocorre porque nós não nos demos conta ainda de que estamos vivendo numa realidade paralela. É no mundo paralelo que o boato trafega e é muito difícil fazer essa distinção.

O problema da desinformação não é apenas a informação ser mentirosa, mas a impossibilidade de decidir sobre o que é verdadeiro ou falso. Muitas vezes os discursos são construídos de maneira que não há parâmetros para distinguir verdadeiro e falso. Não ter parâmetros é a principal característica da sociedade incivil. Quando você não distingue o verdadeiro do falso, fica difícil para o jornalismo, porque o jornalismo está baseado num pacto de credibilidade entre jornalista e leitor. O problema de agora é encontrar formas que sejam não apenas lógicas, mas sensíveis e críveis. Isso pode ser feito também - e principalmente - pela mídia independente.

“ O problema da desinformação não é apenas a informação ser mentirosa, mas a IMPOSSIBILIDADE DE DECIDIR sobre o que é verdadeiro ou falso. ”

ARTIGO 19: Como você vê a construção de uma agenda antirracista de liberdade de expressão no Brasil?

MS: O jornalismo muitas vezes pensa em si mesmo como produtor de pautas de conscientização. Ele acredita que no movimento antirracista ele pode ser conscientizador da discriminação racial. As matérias antirracistas são matérias de conscientização, mas a discriminação racial não é apenas um problema de conscientização e sim de sensibilização. Isto é, a conscientização ainda está no plano lógico, então é perfeitamente possível que uma pessoa branca tenha a consciência de que o negro é um ser humano como ela, mas de outra cor, mas ainda assim não querer aproximação, no fundo achar que o negro é inferior. Isso exige trabalhar a sensibilização que realmente combate o racismo, e as escolas e a educação têm papel central nisso. O jornal ainda não acordou para essa realidade e não sabe também como fazer, mas é mais possível de fazer na TV e na rede eletrônica do que no jornalismo mesmo. O jornalismo fazendo trabalho de conscientização já vai bem. Mas a mídia independente pode ser muito importante, desenvolver pautas mais pertinentes do que a mídia hegemônica tradicional.

Patrícia CAMPOS MELLO



foto: Felipe Campos Mello

“ A DESINFORMAÇÃO no Brasil é absolutamente avassaladora ”

Um dos traços marcantes do atual governo federal é a intensificação dos ataques a jornalistas, comunicadores e defensores dos direitos humanos. Em 2020, o monitoramento permanente da ARTIGO 19 identificou que mais de 70% dos ataques nos primeiros meses da pandemia partiram diretamente de membros do Governo Federal, como o Presidente da República e políticos associados. A jornalista Patrícia Campos Mello sabe disso na prática: o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, insinuou publicamente que ela tentava seduzir fontes para conseguir informações prejudiciais ao pai. Ele recentemente foi condenado judicialmente a indenizá-la por esse episódio.

Mas o deputado não foi o único, Patrícia foi alvo de uma campanha massiva de difamação e intimidação após publicar reportagens que denunciaram o financiamento dos esquemas de desinformação em massa utilizados na campanha presidencial de Jair Bolsonaro. Em seu livro *A Máquina do Ódio* (2020), a colunista da Folha de S. Paulo discute como as redes sociais estão sendo manipuladas por líderes populistas e como as campanhas de difamação funcionam de forma equivalente a uma censura, agora terceirizada e pulverizada e tendo as mulheres como alvos preferenciais - tendências apontadas pelo Relatório Global de Expressão.

Formada em jornalismo pela USP e mestre em *Business and Economic Reporting* pela NYU, Patrícia Campos Mello é repórter e colunista da Folha de S. Paulo e vencedora de diversos prêmios, como o Prêmio Internacional de Liberdade de Imprensa, concedido em 2019 pelo Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). À ARTIGO 19, ela fala sobre os ataques coordenados a jornalistas e o que é preciso para freá-los. A entrevista foi editada para fins de concisão e clareza.

ARTIGO 19: Como você relaciona os ataques individuais a jornalistas e comunicadores ao ataque à liberdade de imprensa no Brasil? Você acredita que existe uma ameaça real à imprensa livre no país?

Patrícia Campos Mello: Hoje temos um autoritarismo exercido dentro da própria democracia, por líderes eleitos. Repetindo o dito infame [proferido por Eduardo Bolsonaro em 2018], se antes “com um cabo e um soldado você fechava o Supremo”, hoje o mecanismo é outro. E da mesma maneira que as ditaduras não são mais como eram antes, a

“ Hoje, há outros meios
de exercer a censura.
Um desses meios é promover
ATAQUES A JORNALISTAS. ”

censura também não é a mesma da época da ditadura militar. Nessa época, havia a figura do censor que entrava nas redações dos jornais e dizia “isso pode publicar e isso não pode”. Hoje, há outros meios de exercer a censura. Um desses meios é promover ataques a jornalistas.

As campanhas de difamação e de assassinato de reputação obviamente têm o objetivo de silenciar as pessoas, de deixá-las com medo do que pode acontecer se elas publicarem reportagens investigativas sobre o governo, por exemplo. E isso caminha ao lado de uma outra forma de censura, que é inundar as redes sociais com várias versões de informações para que a notícia verdadeira fique afogada no meio de todas essas versões. Esses dois mecanismos funcionam como um tipo de censura atualmente e diminuem o espaço para o jornalismo livre.

ARTIGO 19: E há um componente de misoginia nesses ataques? Como você avalia essa dimensão?

PCM: Há um componente de misoginia muito forte, basta ver que as jornalistas mais afetadas e os principais alvos desses tipos de campanha são as mulheres e negras.

Desde o começo, o governo Jair Bolsonaro usa essa estratégia muito claramente, os ataques misóginos. Foi comigo, com a Míriam Leitão, Vera Magalhães, Constança Rezende, Juliana Dal Piva e várias outras. O que acontece é que sempre que vão criticar o trabalho de uma jornalista, o que se diz é que ela é feia, gorda, velha ou que oferece sexo em troca da informação. Dificilmente é uma crítica construtiva no sentido de não concordar com algo ou um “acho que sua reportagem está errada”. São ataques direcionados, inclusive em sua magnitude, que é muito maior quando os alvos são as mulheres.

Obviamente esse é um governo que não tem simpatia por jornalistas mulheres e nem homens. Por exemplo, teve o episódio em que o presidente Jair Bolsonaro disse que queria encher a boca de um repórter do jornal O Globo de porrada. Há citações a vários jornalistas homens, mas quando eles se referem a jornalistas mulheres a violência é sempre maior.

ARTIGO 19: Como você analisa a rede de desinformação no Brasil e como é possível mitigá-la?

PCM: A desinformação no Brasil é absolutamente avassaladora. Por exemplo, alguns meses atrás publiquei uma matéria mostrando que o Brasil era o único país onde continuava a circular em grande volume a desinformação sobre o uso da cloroquina e da ivermectina para tratamento de Covid-19. Nem mesmo na França, o país do

pesquisador que inicialmente falou que esses tratamentos eram eficazes, isso continua. Em lugar nenhum do mundo isso circula. E por quê? Porque no Brasil você tem um desinformador-chefe, é o próprio Presidente da República. O que eu acho possível de fazer é uma linha, sempre delicada, entre respeitar a liberdade de expressão e combater a desinformação.

Uma possibilidade é combater a desinformação com informação de qualidade, dar mais incentivo para os jornalistas e para o jornalismo profissional - seja pequena ou grande mídia, sejam coletivos. É preciso reforçar e incentivar estes veículos, que inclusive estão sofrendo financeiramente durante a pandemia. Também é preciso intensificar as negociações com as plataformas de internet para que os algoritmos reflitam não apenas o engajamento mas também uma curadoria de notícias verificadas. Já há iniciativas do tipo vindo de Google e Facebook, mas é uma coisa que precisa evoluir muito.

Também é preciso abordar, no sentido criminal, as redes profissionais de desinformação. Temos pessoas que inadvertidamente compartilham notícias falsas, e não são essas pessoas que queremos criminalizar, mas sim os grandes empresários que patrocinam essas redes de desinformação, ou mesmo integrantes do governo. As redes de desinformação precisam ser rastreadas e essas pessoas precisam ser responsabilizadas.

Jurema WERNECK



foto: Anistia Internacional

“A desconstrução do
MITO DA DEMOCRACIA RACIAL
tem a expressão
como uma de suas estratégias”

Médica, ativista do movimento de mulheres negras, Diretora Executiva da Anistia Internacional Brasil, Jurema Werneck é referência quando o assunto é a defesa dos direitos humanos no Brasil. Uma das fundadoras da ONG Criola, ela atua há anos em diferentes frentes pela promoção de direitos. Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, possui extensa produção sobre direitos reprodutivos, desigualdades raciais e de gênero, entre outros temas. Em entrevista à ARTIGO 19, Jurema comentou sobre a relação entre desigualdades estruturais e liberdade de expressão, destacando que diferentes movimentos sociais já abordam o tema sob uma perspectiva coletiva há tempos. A entrevista foi editada para fins de concisão e clareza.

ARTIGO 19: O Relatório Global de Expressão da ARTIGO 19 indica que, no Brasil, a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência acelerou o declínio da liberdade de expressão, que caiu 28% em apenas um ano. E logo no começo da administração iniciaram-se ataques contra vozes independentes do Estado, além da supressão de dados públicos e redução do acesso a fontes de informação oficiais. Sabendo que o acesso à informação é um aspecto fundamental do exercício da liberdade de expressão, como você analisa a sabotagem ao acesso à informação que assistimos no governo Bolsonaro?

Jurema Werneck: O aspecto central do problema é o Governo Federal estar se negando a cumprir seu papel ao impor barreiras ao acesso à informação. Pensando no apagão de dados durante a pandemia, isso fica claro. Não é apenas o governo federal que tem o dever de apresentar os dados, cidades e estados têm o mesmo dever de consolidar as informações dentro dos sistemas de informação nacional. O governo federal não apaga os dados, mas eles estão dispersos justamente porque o governo se nega a cumprir seu papel de alimentar o sistema com transparência, trazendo assim uma barreira no acesso à informação. No caso das vacinas a mesma coisa, o sistema de informação com dados do andamento da vacinação não

está no ar. Essa falta de transparência têm consequências graves, são pessoas que não precisam tomar vacina agora furando a fila enquanto quem precisaria tomar não toma e pode acabar morrendo. Em suma, as violações do direito à liberdade de expressão são bem visíveis, são concretas e sentidas na experiência de cada um.

ARTIGO 19: Este cenário de queda na liberdade de expressão e acesso à informação captado no relatório coincide com a emergência de líderes autoritários em diversos países. Eles mobilizam a máquina e o recurso público para reduzir a transparência, sufocar vozes plurais e promover a polarização na sociedade, mas, ao mesmo tempo, se reivindicam como defensores da liberdade de expressão e mobilizam uma noção distorcida desse direito para justificar violações que cometem. É possível garantir liberdade de expressão sem enfrentar discriminações e violências?

JW: Claro que não. As organizações e movimentos sociais já têm dito, feito e reagido nesse sentido há muito tempo, não apenas aos ataques do governo Bolsonaro. Quem experimenta o racismo patriarcal heterossexista sabe, há muito tempo, que é preciso enfrentar essas discriminações e violências e construir estratégias para contrapor essa

“ Estamos vivendo uma
REDUÇÃO DO ESPAÇO DE LIBERDADE,
que é também redução do direito de informar,
de reivindicar, falar, emitir críticas. ”

situação. Estamos vivendo uma redução do espaço de liberdade, que é também redução do direito de informar, de reivindicar, falar, emitir críticas. Essa insurgência é uma constante na história do Brasil, mas o governo Bolsonaro nos fez descer muitos degraus em termos de ataque. Ou subir. É uma descida do ponto de vista ético, moral e político, para um poço que parece não ter fim.

Um [relatório](#) da Repórter Sem Fronteiras Brasil que li recentemente mostra que no Brasil quem mais ataca a imprensa é o que eles chamam de “Sistema Bolsonaro”, o pai e os filhos. Olhando para os ministérios quem mais ataca é a Ministra das Mulheres e Direitos Humanos. A gente afundou muito, a situação é gravíssima. A Anistia Internacional se pronunciou sobre ataques de Bolsonaro desde o período eleitoral e continuamos vigilantes e atuantes, mas não só a Anistia Internacional e sim organizações e movimentos sociais de direitos humanos. Estamos vigilantes e resistindo em diferentes esferas.

O direito à liberdade de expressão e à informação são direitos humanos e diante desses ataques existem instituições que têm o dever de agir. Se é o Poder Executivo que está violando a lei e o direito é preciso que o Judiciário e o Legislativo ajam - e também a sociedade como um todo. Esse momento mostra que o que se perde é muito, a pandemia de Covid-19 mostra que a gente perde saúde e vida. A sociedade como um todo tem crescentemente expressado sua insatisfação. Um exemplo é que já vemos um amplo arco da população realizando carreatas para expressar firmemente seu desacordo com as ações capitaneadas pelo governo federal.

No entanto, isso não acontece só aqui. Governos como os da Turquia, China e Rússia repetem esses mecanismos, usam as mesmas ferramentas. Uma das estratégias da desconstrução das conquistas de direitos é fazer isso usando as próprias ferramentas do Direito. Os ataques não se dão mais em golpes explícitos como aconteceram antes - embora Donald Trump tenha tentado -, não funciona. Os ataques aos direitos têm utilizado ferramentas do Direito contra nós, defensores de direitos humanos.

ARTIGO 19: É possível construir uma agenda antirracista de liberdade de expressão no Brasil? Como?

JW: Isso já tem sido feito, é parte da conduta e das estratégias dos movimentos antirracismo - os movimentos negros e de mulheres negras. Minha vista alcança do século XX em diante, mas a expressão e a informação são absolutamente necessárias, são ferramentas fundamentais para o enfrentamento de um problema maior que é o racismo e a falta de liberdade das pessoas negras. Isso já existe. Falando em saúde, todo o campo da saúde da população negra - geração de dados, transparência, etc - está sob ataque. A desconstrução do mito do Brasil como democracia racial tem a expressão entre suas estratégias. Expressão e produção de informação e dados. Ou seja, a construção de estratégias e desenvolvimento de liberdade de expressão e de informação é condição necessária para qualquer transformação social, para o alcance de qualquer direito humano. E essa expressão tem que ser libertária, voltada para a liberdade de todas e todos.

“...a expressão e a informação são
absolutamente necessárias,
são ferramentas fundamentais para
o enfrentamento de um problema maior que é o
RACISMO E A FALTA DE LIBERDADE
das pessoas negras.”

Os sinais já foram dados que a liberdade de expressão tem limite, que não ultrapassa a fronteira da lei. Um direito não pode ser usado contra outro. Até as grandes empresas de internet, como o Twitter, devem se mover, porque elas são usadas nesse mecanismo. Elas devem muito trabalho, mas foram obrigadas a se posicionar e tomar uma atitude, sendo o banimento de Trump um exemplo radical disso. O mercado da comunicação *mainstream* também está sentindo os efeitos deste grande levante, está se mexendo. Falta muito a fazer, mas teve uma pressão enorme. A pressão é enorme. É um levante, ele está acontecendo.

KátiaBRASIL



foto: Alberto Cesar Araujo

“Temos muita desigualdade
na comunicação,
muita DESIGUALDADE entre
jornalistas e comunicadores populares”

Kátia Brasil é cofundadora e editora executiva da agência de jornalismo independente Amazônia Real, que tem a missão de dar visibilidade às populações da Amazônia, através do jornalismo investigativo e pautado nos direitos humanos, democratização da informação, liberdade de expressão e de imprensa e da valorização da diversidade, equidade e igualdade.

Com décadas de experiência na grande imprensa, em veículos locais e na mídia nacional, Kátia está mais do que familiarizada com os desafios cotidianos para o exercício do jornalismo independente e investigativo. Em entrevista à ARTIGO 19, Kátia discorre sobre as ameaças à liberdade de expressão e frequentes violações sofridas por quem ousa fugir do que chama de “ditadura do release” e denunciar irregularidades dos governos, especialmente em regiões afastadas das regiões sul e sudeste do país. A entrevista foi editada para fins de concisão e clareza.

ARTIGO 19: O Relatório Global de Expressão indica que, no Brasil, a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência acelerou o declínio da liberdade de expressão, que caiu 28% em apenas um ano. E logo no começo da administração iniciaram-se os ataques contra vozes independentes do Estado, além da supressão de dados públicos e redução do acesso a fontes de informação oficiais. Como se situam os veículos independentes e/ou comunitários nesse contexto?

KÁTIA BRASIL: Na história do Brasil, se não fosse a mídia alternativa nós não teríamos informações sobre o que realmente aconteceu durante a ditadura militar. Quando eu vim para a Amazônia, em 1990, trabalhar em um novo jornal em Boa Vista logo após a primeira eleição presidencial da redemocratização, vi que ele não era como eu imaginava. O que encontrei foi um jornal político para apoiar uma candidatura ao governo do estado na época, no nível que o profissional que fazia o conteúdo da campanha era um contratado do jornal. Então, desde essa época, já me deparei com a relação promíscua entre os políticos e as empresas de comunicação. Isso sempre foi muito forte no Brasil inteiro e muito latente na região Norte. Naquela época, fui vendo o que tinha por trás de uma empresa de comunicação em um lugar como Roraima, que era um novo estado, e o que vi foi uma grande manipulação da comunicação. No início de minha carreira como jornalista, foram várias as situações de violação e cerceamento de liberdade de expressão, como ameaça de morte e perseguição. O direito dos jornalistas de apurar livremente os fatos e defender a

liberdade de imprensa e de expressão é violado o tempo todo no Brasil, especialmente na imprensa da região amazônica. Se algo contrariar o governo, quem está na ponta - o repórter ou comunicador popular - é o primeiro a sofrer cerceamento à liberdade de expressão, é muito difícil de trabalhar.

ARTIGO 19: Quais os problemas e desafios você vê no atual contexto ?

KB: Há uns 10 anos, observo o que chamo de ditadura do *release*. Os governos estão muito bem estruturados para divulgar informações oficiais na imprensa local, de modo que não há outra fonte de informação. Por questões como a imensa precarização da profissão, a produção de informação jornalística é baixa, as redações publicam pouco, há muito menos profissionais nas redações. Então, hoje, a maior parte dos veículos publica os *releases* produzidos pelas prefeituras, governos do Estado ou empresas ligadas ao governo, que têm muita estrutura. Todos os veículos de comunicação e blogs do Amazonas publicam a mesma notícia. E, frequentemente, não há repercussão para uma matéria com uma denúncia de corrupção, por exemplo, se ela foi feita no veículo concorrente. Isso acontece em outros estados também, a versão que prevalece é a oficial.

A consequência é que a população perde o senso crítico para conseguir opinar de um jeito diferente da narrativa oficial. Para mim,

essa é a maior aberração que podemos ter em relação ao exercício da cidadania. Um exemplo recente: depois dos “fura-fila” da vacinação em Manaus, a Justiça Federal exigiu que a Prefeitura publicasse a lista de pessoas que foram vacinadas, mas o Governo do Estado publicou isso de maneira distorcida, dizendo que a Justiça havia proibido o Amazonas de vacinar sua população. A juíza precisou fazer um esclarecimento público em suas redes sociais dizendo ‘A vacinação não está suspensa’. Um exemplo da desinformação provocada pelos próprios governos.

ARTIGO 19: Podes falar mais sobre a desinformação e sobre as dificuldades de acesso à informação? Esse é um aspecto fundamental do exercício da liberdade de expressão e tem sido muito dificultado durante a pandemia.

KB: Antes mesmo da eleição de 2018, Bolsonaro já deixava muito clara sua opinião em relação à imprensa, ao jornalismo e a nossas liberdades conquistadas com a redemocratização. Quando eleito, ele colocou em prática tudo o que foi planejado por anos, com um foco muito grande em desestabilizar a imprensa brasileira. Ele ataca todos os jornalistas, porque quando ele ataca um jornalista no “chiqueirinho” de Brasília, ele está atacando todos nós que estamos em todos os lugares do Brasil.

Somado a isso, temos esse problema sério da articulação dos governos para produzir a ditadura dos *releases*. O maior problema da

pandemia, além do evidente descaso do governo em relação à saúde pública e que não vem de agora, mas de décadas, é a quantidade de desinformação. Desde o começo, o que temos é o Governo Federal e diversos governos locais desinformando a população sobre medidas de prevenção. Nós já sabíamos que, se o coronavírus chegasse no Brasil e na Amazônia, seria uma tragédia e, de fato está sendo. O trabalho da Amazônia Real é muito focado nas pessoas, em realizar uma escuta com indígenas e moradores de diversos territórios, e como os dados da pandemia não vinham a tempo das fontes oficiais, começamos a nos basear em outras iniciativas, como o Brasil. Por quê? Porque há um silêncio premeditado para que jornalistas como nós, que fazemos jornalismo investigativo, sejam silenciados. Eles sabem que precisamos das informações para, no mínimo, cruzar e escrever um texto informativo.

A mídia independente e digital veio para fazer frente a esses veículos que só publicam *release*. E muitos leitores dizem que só entenderam o que realmente aconteceu sobre um fato depois de ler nosso conteúdo. Isso é muito grave, não era para ser assim, era para todo mundo produzir conteúdo para informar bem a sociedade. Quem está nesses sites financiados pelos governos não apenas não está informando a população, como está desinformando. Os grandes conglomerados brasileiros, como Folha de S. Paulo e o grupo Globo precisam ter ciência de que, hoje, o papel deles é muito mais importante, porque vivemos um período extremamente violento com a imprensa. As novas mídias não são inimigas, não estamos aqui para fazer concorrência, mas para mostrar que nosso trabalho é tão profissional como o deles. Enquanto cidadãos e jornalistas, nosso dever é de comunicar a sociedade.

ARTIGO 19: Como isso se articula com os ataques a jornalistas?

KB: A Amazônia Real virou uma espécie de radar para monitorar as violações contra jornalistas. Muitas organizações nos procuram e temos diálogos com elas, como a ARTIGO 19. Quando sabemos que aconteceu uma ameaça, tentamos documentar o mais rápido possível para que isso não seja esquecido. Essa foi uma demanda que se mostrou necessária. E fico feliz porque agora tenho percebido um olhar mais carinhoso para os profissionais que não são “de grife”. A jornalista Elvira Lobato escreveu o livro “Antenas da Floresta” mostrando que quem faz a comunicação nos interiores do Brasil não é o jornalista. É muito raro ter essa figura no interior do país, da pessoa formada em faculdade. Em geral, são os comunicadores populares. E eles é que estão sendo assassinados. É preciso olhar para um país tão diverso e desigual como o nosso e ver que também temos muita desigualdade na comunicação, desigualdade entre a posição de jornalistas e comunicadores.

Um exemplo é Adécio Piran, do jornal Folha do Progresso, que foi quem primeiro denunciou o “Dia do fogo” [dia-chave para queimadas na Amazônia em 2019]. Assim que ele publicou a reportagem, entrei em contato porque imaginei que não ia demorar muito para ele ser ameaçado. Naquele momento, ele não tinha recebido ameaças, mas depois de alguns dias ele me procurou e disse que estava sendo

ameaçado, panfletos com a foto dele estavam sendo distribuídos, o jornal estava recebendo ameaças de ser sitiado e os patrocinadores foram contatados. Uma situação de total vulnerabilidade e, ainda assim, órgãos como o Sindicato dos Jornalistas e o Ministério Público demoraram a responder. Depois da nossa matéria, organizações se pronunciaram, mas, antes, ninguém queria se pronunciar a favor de um jornalista do interior do Pará que ninguém conhecia e que respondia a processos na Justiça. Então é preciso que as organizações olhem para esses comunicadores. Ainda que não tenham feito curso de jornalismo, estão informando e bem, fazendo um trabalho que, muitas vezes, um jornal que está associado a grandes organizações não faz

ARTIGO 19: É possível garantir liberdade de expressão sem enfrentar essas discriminações e violências que tanto silenciam?

KB: Não é fácil garantir a liberdade de expressão. Estamos num momento muito difícil do Brasil, em que todo dia se acorda com um susto. A imprensa tradicional brasileira até hoje não fez sua *mea culpa*, porque ela teve muita responsabilidade na eleição de Bolsonaro. Quando ele vem com um discurso severo contra a imprensa, quando os jornalistas dessas grandes empresas - de onde ele recebeu apoio - começam a ser

“ O direito dos jornalistas de apurar livremente os fatos e defender a liberdade de imprensa e de expressão
É VIOLADO O TEMPO TODO NO BRASIL,
especialmente na imprensa da região amazônica. ”

atacados, aí as pessoas começam a acordar. Nós estamos sendo atacados, e quem apoiou esse cara precisa fazer *mea culpa* sim

Acho que garantiremos nossa liberdade de expressão e direito à boa comunicação trabalhando o combate à desinformação, porque o que o governo faz é contrainformação. Nós, enquanto jornalistas, precisamos confrontar isso. Algo que infelizmente acontece hoje em dia é que a rede social é que pauta a mídia, não se escuta mais as pessoas e sim as redes. Alguns grupos de comunicação acertaram em investir em checagens, porque é preciso que a imprensa tradicional invista mais nisso e confronte os dados que são falsos. Com a pandemia, a desinformação trazida por esses grupos ficou muito explícita, estamos em um contexto em que a guerra de narrativas é a ordem do dia, e quem vai vencer a guerra é quem conseguir mobilizar primeiro. Por isso as agências de checagem são muito importantes e, não à toa viraram, alvo do governo. É preciso que as empresas protejam seus profissionais. Elas precisam ser fiscalizadas nisso também.

pers pec tivas

AGENDA DE EXPRESSÃO 2021

Agenda de Expressão

Como aponta o Relatório Global de Expressão, não faltam desafios, a nível nacional e internacional, para assegurar o acesso à informação e a liberdade de expressão de todas as pessoas neste ano que se inicia. Esses desafios, que já eram complexos, foram potencializados pela pandemia de Covid-19, período em que o Brasil retrocedeu ainda mais na garantia de direitos fundamentais.

A liberdade de imprensa está sob ataque: membros do Governo Federal agridem e incitam ataques a comunicadores e jornalistas que cobrem as crises política e de saúde; o acesso a informações de interesse público, como o avanço da pandemia e da vacinação no país, é falho e constantemente dificultado pelo Poder Público. Ao mesmo tempo, informações privadas sobre a saúde de milhões de brasileiros e brasileiras foram expostas na internet. Ainda, o conceito de liberdade de expressão é distorcido para justificar violações de direitos de diferentes grupos.

Crises prolongadas exigem esforços – dos Poderes, da sociedade civil e de outros atores - para serem contornadas e para que a democracia saia fortalecida, e não enfraquecida por estes desafios. É nesse cenário que a ARTIGO 19 organiza sua atuação através da **Agenda de Expressão**, estratégia global que articula as áreas de Acesso à Informação e

Transparência, Direitos Digitais, Espaços Cívicos, Liberdade de Imprensa e Proteção a Comunicadores e Defensores de Direitos Humanos. Como nem um dia de 2020 passou sem violações às liberdades de expressão, foi urgente e necessário repensar estratégias. Nesse contexto, cada área da Agenda de Expressão apresenta desafios próprios que se combinam e articulam.

Em 2021, os desafios no acesso à informação e transparência serão enormes e o contexto de insegurança quanto à atenção à saúde e às políticas de vacinação durante a pandemia evidencia o dano à vida da população. Assegurar acesso à informação e transparência é assegurar as liberdades em todas as dimensões, em especial para grupos étnicos e racializados, que não têm acesso à informação de qualidade e, portanto, não podem exercer plenamente sua liberdade para expressar opiniões, questionar, articularem-se ou vivenciar outros direitos.

No momento em que dados e informações privadas sobre a saúde de milhões de brasileiros e brasileiras foram expostas na internet, também não faltam desafios na área que abarca direitos e questões de governança para garantir a liberdade de expressão na internet e em redes digitais. A relação entre ambiente digital e democracia exige monitoramento constante, particularmente sobre como redes digitais vão atuar nos processos democráticos e no debate público, o que inclui todo o ambiente, muitas vezes, (des) informacional das redes, e também a

segurança, confiabilidade e a transparência das tecnologias digitais nos processos democráticos e eleitorais.

O Relatório Global levanta ainda a relevância da defesa da liberdade de protesto e manifestação, inclusive em ambientes digitais, o que exige fortalecimento das organizações, movimentos e espaços cívicos, particularmente na região da Amazônia brasileira, onde elas têm sido duramente atacadas por forças econômicas com a omissão, e muitas vezes, apoio dos governos locais, estaduais e federal. Neste cenário, são cada vez mais diversos os atores perseguidos por sua defesa da liberdade de expressão e dos direitos humanos. Por isso, o constante monitoramento realizado pela ARTIGO 19 de violações a profissionais da mídia vai ser reforçado trazendo à luz ataques pouco documentados, como aqueles contra comunicadores populares ou jornalistas locais.

As perspectivas para o próximo período mostram que a defesa da liberdade de expressão torna-se ingrediente indispensável para a sobrevivência democrática. A erosão do direito de expressar-se individual e coletivamente representa hoje no Brasil um caminho para aumento de desigualdades e de violência estatal, o que vem reforçar o padrão estrutural de discriminações e ausência de responsabilidade do Estado contra sua população. Não por outro motivo foram estabelecidos os direitos humanos - exatamente para proteger o povo de seus governantes, e esta é a ferramenta que devemos esgrimir neste ambiente de luta por sobrevivência, em amplos sentidos.

+55 11 3057.0042

+55 11 3057.0071

 @artigo19

 @artigo19

 facebook.com/artigo19brasil

 **artigo19.org**



ARTIGO 19

DEFENDENDO A LIBERDADE
DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO